

to de Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), a revista também abre espaço para que jovens pesquisadores de pós-graduação que se dedicam a esta temática compartilhem seus estudos por meio de publicação de artigos, como ocorre com o grupo de estudos *Renascimento e Utopia* da Unicamp, que visa propagar o que há de mais importante e recente sendo estudado dentro do tema utopia.

A revista *Morus – Utopia e Renascimento*, embora tenha a presença majoritária de pesquisadores da UNICAMP, é uma publicação independente, o que lhe garante total autonomia do editor e co-editores para a escolha do material a ser publicado. Desde seu primeiro número em 2004, portanto, nas próprias palavras do Prof. Berriel, a *Morus* nasce a contrapelo da pragmática dos tempos que correm, ao vislumbrar apenas o inusitado. Parafraseando Luigi Firpo que caracteriza o utopista como um *profeta desarmado* que possui uma *proposta radical*, a *Morus* se propõe a retomar a reflexão e o movimento radicais praticados pelos humanistas do XVI: olhar para a história e pensar o homem como uma autarquia e ao mesmo tempo produto desta história inerentemente inquietada.

Se, porventura, a decepção com o stalinismo e mais tarde a queda do muro de Berlim deram a impressão de uma história consumada, provocando um ceticismo em relação a qualquer forma alternativa de so-

cidade, a revista *Morus – Utopia e Renascimento* resgata da incineração a literatura utópica e chama novamente a pensar o pesadelo moderno de um mundo saqueado por tecnocratas pragmáticos. *Morus* investiga, sob a égide da crítica e da história, o real, tal qual Thomas More. Não apenas como aquilo que é empiricamente, mas como aquilo que pode ser. Jean Delumeau diz que os astros foram acusados pelos *melhores espíritos* do Renascimento de lhes terem legado uma existência dolorosa. Esta mesma existência dolorosa que permanece, portanto, impulsiona o estudo mais apurado das sociedades que, ao que parece, desde sempre precisaram de um tratado filosófico para delinear-las e direcioná-las. Há três anos, imbuída de sonhos e, ao mesmo tempo, ciente e madura, a revista *Morus* refuga o fim da história, observando, contando e recontando novamente esta que, talvez, sempre tenha sido imaginada.

Juliana de Oliveira Lopes
UNICAMP

Hanawa, Kazuichi. *Na prisão*. Tradução de Drik Sada. São Paulo: Editora do Brasil, 2005. 234 pp.

Desde o início dos anos 2000, tornou-se muito mais popular e acessível o mangá (palavra que em língua portuguesa é de dupla prosódia e, por isso, será acentuado aqui, evitando a ambiguidade com

o nome da tropical fruta), também conhecido como quadrinhos japoneses. Mesmo quando não era tão lido nesta parte do mundo, o mangá foi alvo do pioneiro e excelente trabalho (embora passível de um novo debate) de autoria de Sonia Bibe Luyten, publicado em 1991.

Para Luyten, o mangá está na categoria dos opiáceos (mostrando uma leitora à la Marx), servindo de anestesia para o sufocante cotidiano das sociedades. Hoje é indispensável entendê-lo como um estilo que retorna ao ocidente, em vez de reduzi-lo à categoria de “publicação japonesa”.

Podemos entender que a maior divulgação do mangá está associada ao advento da internet, que também popularizou o anime – a versão em desenho animado destas histórias em quadrinhos. A reiteração da palavra “popularização” faz referência ao povo que tem acesso à internet e, preferencialmente, de alta velocidade. Mangá e anime eram os dois maiores e mais fortes braços de uma das metas da indústria cultural japonesa: vender bonequinhos e, melhor ainda se possível, inúmeros outros subprodutos relacionados a estes bonequinhos.

E a principal contribuição da internet foi de entrar em confronto direto com a televisão. Além de permitir que autores alternativos divulguem seu trabalho, facilita que esta mesma divulgação seja feita para todo o universo ponto com. Não é exagero nenhum afirmar que existe, naquilo que concerne o tema aqui debatido, uma ponte do Japão

com o Brasil. Ponte *on line*, é verdade, mas em alta velocidade.

Em vez de simples propaganda, o mangá e o anime passaram eles mesmos a serem produtos, o que significou um aumento considerável na qualidade estética destes. Não que a indústria propagandística por esta via tenha sido extinta, mas surge todo um mercado paralelo não necessariamente *underground* e não necessariamente preocupado com os bonequinhos.

Nesse ínterim, surgem e se consolidam no Brasil editoras que se especializaram em publicar os mangás; como exemplos temos a Panini e a Conrad. É desta última a publicação de *Na Prisão (Keimusho no naka*, no original em língua japonesa), de autoria de Kazuichi Hanawa. Neste livro, o autor, utilizando-se do estilo mangá, narra sua vivência em um presídio japonês, após a condenação, em cárcere fechado por três anos, por porte ilegal de armas. Antes de tentar criar qualquer debate sobre os problemas e discussões morais do encarceramento, antes de fazer-se vítima ou tentar algum tipo de justificativa, o autor apenas deseja contar os detalhes da sua vida de encarcerado. Muito sutilmente, e em apenas um momento, é insinuado que a diferença entre a prisão e a liberdade no Japão está além das grades na janela.

Antes de entrar nos capítulos propriamente ditos, há uma espécie de resumo de toda a narrativa que se seguirá ao ser apresentado em poucas páginas: como vestir o uniforme de preso e como é a cozinha e o

refeitório do presídio. A meticulosidade e a hierarquia presente no imaginário coletivo que temos do Japão ganham força infinitamente multiplicada quando estamos no presídio, o que é visível pela disposição e cuidado com os uniformes. E este traço tão marcante da cultura nipônica, a comida, é uma das táticas utilizadas para controle dos presos – daí a importância de conhecermos o refeitório e a cozinha para conhecermos a rotina do presídio.

Mas, ao contrário do que pode parecer, o controle não é feito pelo tolhimento à comida, retirando-a de quem não se “comporta” bem. Os presos ganham antecipadamente o cardápio de todo o mês e diariamente uma porção de comida em quantidade e qualidade que muitos não conheciam fora dos muros da prisão. Esta é uma tática que cria estratégias insólitas, como a do esperado, e com ares míticos, 31 de dezembro. Neste dia, e nos primeiros do novo ano, a oferta de comida é tão grande que os presos passam a maior parte do tempo deitados, anestesiados, fazendo uma morosa digestão que só é interrompida pela próxima refeição. Impossível fazer uma rebelião nestas condições. Nem todos os bens de consumo são permitidos: o cigarro é proibido – para a tristeza do narrador – e os doces são em pequenas quantidades e pouco variados – para a tristeza de todos.

A única coisa que não se repete de um dia para outro é o cardápio. Tudo é tão meticulosamente controlado e planificado que as conver-

sas acabam se reduzindo a uma série de poucos temas (infantilizadas às vezes); os problemas e, com poucas exceções, os dias são sempre os mesmos. Até a disposição das estações interfere pouco no cotidiano. Tanto que, a cada seis meses, os presos mudam-se para outra cela, geralmente a primeira em frente à anterior. Pelo simples fato de que a disposição do banheiro e o lado em que entra sol mudam, e é como se o mundo ganhasse novos contornos, como se o absolutamente igual fosse absolutamente diferente. Ao contrário do que possa parecer, a reclamação do narrador é que o tempo passa muito depressa.

Mesmo que surja a ilusão, mediante as descrições feitas, que é bom residir em um presídio desses, ainda mais se compararmos com os sempre problemáticos presídios brasileiros, o narrador não alimenta essa opinião, tampouco seus colegas. Para alguns poucos destes, a falta de perspectiva ao ganharem a liberdade é tanta que alguns já sentem eminente o retorno à prisão.

Jonas Tenfen
UFSC

Waisman, Sergio. *Borges y la traducción. La irreverencia de la periferia*. Traducción de Marcelo Cohen. Buenos Aires: Adriana Hidalgo, 2005. 318 pp.